Saúde em questão

Com a liberação de Cr\$ 16 trilhões para pagamento de parte das dívidas do Governo à rede hospitalar conveniada ao Inamps, a assistência aos segurados foi garantida e o problema, crônico, está em vias de encontrar receituário próprio e permanente. Por mais de um mês, a compreensão dos homens públicos fez-se ausente, tão preocupados eles estavam com a reforma ministerial e os cortes no Orçamento da União, além de, naturalmente, tentarem, com enorme risco, ganhar um tempo que se mostrou inviável. Os fornecedores do setor de saúde não são meros comerciantes, mas homens dedicados a um ramo sensível e delicado, diretamente ligado à preservação da vida humana. Daí o perigo que correram milhares de trabalhadores, sabidamente em dia com suas obrigações previdenciárias.

Do episódio lamentável extraíram-se algumas lições e conclusões que vale a pena referir, a fim de que o inconveniente não se repita nos próximos meses, como é da tradição do serviço público brasileiro. Os contribuintes da Previdência são sócios compulsórios do sistema e quitam suas obrigações de modo automático, nas fontes de recebimento. E até mesmo os profissionais autônomos têm obrigações mensais que, se não atendidas, no prazo estabelecido, são oneradas por rígidas multas. Clientes regulares como estes não podem ser tratados com descaso, pois são a base de tudo o que existe em matéria de previdência social. Não reconhecer este fato é desprezear regras de justiça social e atentar contra o bem-estar dos trabalhadores.

A inadimplência com o setor privado de saúde, notadamente com as Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos, chega às raias da insensatez em termos de administração pública. E é assim por vários motivos, o principal dos quais representado pelo fato de que aquelas instituições vivem de minguados recursos, apesar de se constituírem em

peça basilar da assistência de saúde no Brasil, com atendimento dirigido aos cidadãos mais necessitados. Se este conjunto operativo de hospitais e ambulatórios perder de vez a confiança no Governo, não haverá como substituí-lo e repor seus serviços mediante qualquer dispositivo de emergência. A hipótese de suspender sua atuação fundamental é absurda e — sabe-se — inimaginável por quaisquer das partes envolvidas. Portanto, o melhor a fazer é regularizar os compromissos de abril, fixar o cronograma de pagamentos relativos a maio e organizar um esquema definitivo, a ser respeitado daqui por diante.

No clima de grande apreensão, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que extingue o Inamps surge como uma luz no fim do túnel em que o sistema de saúde caminha às apalpadelas. A transferência das atribuições do Inamps para os órgãos estaduais e municipais gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) é saudada como providência moderna e descentralizadora, defendida pela maioria dos profissionais do setor. Como em qualquer mudança de ramo administrativo, a iniciativa de promovê-la é menos importante do que o seguimento das ações no dia-a-dia. Não basta mudar o sistema de gerência, depois de aposentar o próprio Inamps. O essencial é que os dirigentes estaduais e municipais se concentrem na empreitada de conduzir o atendimento com entusiasmo e probidade, conferindo a cada segurado a atenção que ele merece, no momento em que enfrenta problemas de saúde.

De um Governo que se diz concentrado na questão social, não se pode esperar medidas vacilantes, quando em jogo estão a vida e a sobrevivência de milhões de brasileiros. E a questão é tão grave que não deve pejar os homens públicos o repetir, à feição do Conselheiro Acácio, a insuperável prioridade da questão da saúde na escala dos grandes problemas nacionais.